



II ENCONTRO DOS CENTROS DE INTELIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

4 A 6
outubro | 2023
Bonito - MS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL



Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul - Ejud/MS

Des. Odemilson Roberto Castro Fassa
Diretor-Geral

Des. Marco André Nogueira Hanson
Vice-Diretor

Conselho Consultivo e de Programas

Des. Ruy Celso Barbosa Florence

Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

Des. Alexandre Lima Raslan

Des. Ary Raghiant Neto

Juiz Mário José Esbalqueiro

Juíza Janine Rodrigues de Oliveira Trindade

Convidados

Dr. Juliano Tannus

Ana Cristina Fernandes Martins de Oliveira

Conselho Editorial e de Pesquisa

Des^a. Jaceguara Dantas da Silva

Juiz Fernando Chemin Cury

Juiz Eduardo Eugênio Siravegna Junior

Juiz Luciano Pedro Beladelli

Coordenadora Pedagógica

Juíza Kelly Gaspar Duarte

Coordenador de Ensino a Distância

Juiz Vinícius Pedrosa Santos

Coordenadora de Projetos

Juíza Joseliza Alessandra Vanzela Turine

Introdução

A segunda edição do Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, organizada pelo Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul por intermédio do Centro de Inteligência deste Estado (CIJEMS) e da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), com o apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), e em parceria com o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) e o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24), teve como objetivo fomentar a cooperação em rede, estabelecer proposições e discussões relacionadas às atribuições dos Centros de Inteligências, com a integração das justiças estadual, federal e do trabalho, com as particularidades de cada ramo da Justiça e região do país.

O Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CIPJ), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em outubro de 2020, juntamente com a rede de Centros de Inteligência do Poder Judiciário, tem desempenhado papel fundamental na identificação e no tratamento de demandas estratégicas, repetitivas e de massa no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro.

O êxito alcançado no I Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, realizado de 1 a 3 de junho de 2022, em Minas Gerais, evidenciou a importância da partilha de experiências e boas práticas.

Na segunda edição do Encontro Nacional, confiantes de que as discussões enriquecedoras sobre demandas repetitivas, causas subjacentes e estratégias para a redução da judicialização seriam capazes de impulsionar positivamente os serviços judiciais, almejou-se abordagem ainda mais ampla e integrada, visando fomentar a rede de Centros de Inteligência, promovendo proposições e discussões que envolvem as atribuições desses órgãos, incluindo as justiças estadual, federal e do trabalho.

Inicialmente foram previstas 150 vagas, entretanto, esgotaram-se rapidamente, totalizando mais de 170 inscritos, devidamente confirmados antecipadamente pela organização, dentre desembargadores, juízes, servidores, advogados, tabeliães etc.

Consequentemente, o II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência constitui-se em um fórum de trabalho com a função de promover cooperação entre os ramos da Justiça, como ferramenta de pacificação social, em especial no tratamento adequado de demandas complexas, estruturais, repetitivas ou de massa, com vistas à prevenção da litigiosidade. Além disso, buscou-se o estudo e aprofundamento dos temas jurídicos e questões judiciais que possam ter repercussão em todos os ramos da Justiça.

As atividades foram desenvolvidas com o propósito de ter o tema da cooperação institucional em debate, promover a troca de experiência e propor a construção de soluções práticas para os problemas estruturais e sistêmicos do Poder Judiciário Brasileiro.



04.10.2023 - 1º DIA: ABERTURA DO EVENTO
Abertura/Composição de Mesa
Palestra Magna com o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca – STJ

Na abertura do evento o Desembargador Sérgio Fernandes Martins, Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, declarou aberto o II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, dando as boas-vindas aos participantes, enfatizando a importância do encontro para compartilhar experiências e buscar soluções práticas para os problemas estruturais do Poder Judiciário, mencionando a necessidade de promover a justiça e segurança jurídica.

O Desembargador João Marcelo Balsanelli, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, ressaltou que o sistema de justiça não pode colapsar devido à incapacidade de lidar com todos os conflitos submetidos a ele. Defendeu o acesso à justiça no sentido formal e à ordem jurídica justa, enfatizando a necessidade de decisões justas e iguais para casos iguais.

O Desembargador Carlos Hiroki Muta, representando o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, elogiou a iniciativa do encontro e a relevância de discutir o tratamento adequado de demandas estratégicas, repetitivas e de massa, bem como, enfatizou a importância de estruturar o Judiciário de maneira preventiva, visando planejar e lidar com demandas crescentes.

Eduardo Corrêa Riedel (Governador do MS)



O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Corrêa Riedel, apresentou o Estado de Mato Grosso do Sul, destacando sua diversidade geográfica e o compromisso de torná-lo próspero, sustentável e inclusivo. Ressaltou a importância da harmonia institucional entre os poderes para promover a segurança jurídica, o desenvolvimento e a justiça social.



Des. Sérgio Fernandes Martins (Presidente do TJMS)

A seguir, o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca proferiu Palestra Magna, em que abordou diversos temas relacionados à justiça, o papel do Poder Judiciário e a importância da fraternidade na sociedade. Iniciou destacando sua relação com o Estado do Mato Grosso do Sul e como aprendeu sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de um meio ambiente ecologicamente equilibrado nessa região.

O Ministro ressaltou sua longa trajetória de mais de 41 anos de serviço público e seu compromisso com questões relacionadas às políticas públicas, com destaque para as áreas como Previdência, Saúde, Educação e Habitação. Ele também mencionou a importância da Defensoria Pública, da tutela coletiva e da igualdade na aplicação das políticas públicas em todo o país.

Destacou, ainda, a necessidade de resgatar o Princípio Constitucional da Fraternidade e como ele é relevante na busca por soluções pacíficas e justas. Ressaltou diversos casos da Suprema Corte em que a fraternidade desempenhou um papel central na interpretação e aplicação da lei.

Mencionou, ainda, o grande impacto que vem sendo provocado pelas novas tecnologias, como a internet e as redes sociais e como elas podem ser usadas para promover a solidariedade



Ministro Reynaldo Soares da Fonseca (Superior Tribunal de Justiça)

e a igualdade na sociedade, conectando pessoas e aumentando a conscientização sobre questões sociais. Sublinhou, contudo, a necessidade de regulamentação e ética na gestão de dados pessoais e a importância da cooperação entre os atores do sistema de Justiça, incluindo Ministério Público, Defensoria, advocacia e magistratura, para enfrentar esses desafios e garantir o acesso equitativo às oportunidades digitais.

Em suma, a palestra sublinhou a necessidade de promover a fraternidade, a solidariedade e a igualdade no contexto do sistema de Justiça, aproveitando as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias e lidando com os desafios que o judiciário brasileiro enfrenta.





Presidente de mesa: Desembargadora Salise Monteiro Sanchotene

Os trabalhos na manhã do segundo dia do Encontro iniciaram com o Painel I, coordenado pela Presidente de Mesa, a Desembargadora Salise Monteiro Sanchotene, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e conselheira do CNJ, que apresentou a importância e o funcionamento dos centros de inteligência do Poder Judiciário, destacando três grandes frentes de atuação desses centros: prevenção de demandas, racionalização no tratamento do acervo de processos e gestão de precedentes.

Além disso, ressaltou a relevância das notas técnicas elaboradas pelos centros e como estas contribuem para a uniformização das decisões, citando especificamente os primeiros integrantes do CIJEMS.

A seguir, a Desembargadora Salise fez a apresentação dos expositores e de seus respectivos temas:

Tema: Os centros de inteligência e o pensamento sistêmico para a solução de problemas complexos
Expositora: Desembargadora Taís Schilling Ferraz

Em sua exposição, a Desembargadora Taís Schilling Ferraz abordou a importância dos Centros de Inteligência no contexto do Poder Judiciário, com foco em lidar com problemas complexos, destacando que o Brasil inteiro está se reunindo em torno deste tema, demonstrando a relevância dos centros.

Mencionou que os problemas complexos enfrentados pelo Judiciário não podem ser resolvidos de maneira linear, e que a abordagem tradicional do pensamento cartesiano não é adequada para lidar com questões multifatoriais e interconectadas.

A Desembargadora enfatizou a necessidade de adotar uma abordagem sistêmica para resolver estes problemas, observando que os sistemas são compostos por elementos interconectados que se influenciam mutuamente. Ela também mencionou que muitas vezes as soluções lineares acabam gerando reações inesperadas no sistema.

Discorreu, ainda, sobre a importância de entender as crenças, valores e modelos mentais que moldam o judiciário, pois estes elementos influenciam as decisões e interações dentro do sistema; e explicou que, ao trabalhar com problemas complexos, é fundamental identificar as interações e as conexões dentro do sistema, e que soluções violentas podem levar a reações contrárias.

Concluiu sua apresentação reconhecendo o papel dos Centros de Inteligência em abordar esses desafios complexos, identificando interações, melhorando as conexões e promovendo abordagem mais sistêmica na resolução de problemas no Judiciário. Também reconheceu o papel importante dos Centros de Inteligência nesse processo e elogiou o Centro de Inteligência do Mato Grosso do Sul e seu trabalho pioneiro nesse campo.

Tema: Centros de inteligência e a gestão de precedentes

Expositor: Dr. Marcelo Ornellas Marchiori

Dr. Marcelo Ornellas Marchiori, em sua exposição, abordou a importância do Centro de Inteligência da Justiça Federal e a gestão de precedentes no sistema judiciário brasileiro. Agradeceu o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul pela iniciativa do II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência e destacou a importância de abordar o tema da gestão de precedentes em um sistema judicial com milhões de processos.

Ressaltou que, embora o sistema judiciário seja eficiente em decisões individuais, a falta de integração leva a uma atuação fragmentada e caótica. Mencionou números impressionantes, como 80 milhões de processos no sistema e recorde de novos processos a cada ano, e pontuou que o desafio é transformar a atuação individual em ações coletivas que tenham um impacto real.

Argumentou que a gestão de precedentes não se resume a resolver processos, mas criar precedentes que influenciem positivamente todo o sistema judiciário. Um exemplo dado é o caso IRDR número 16 do TJ de Mato Grosso do Sul, que se tornou um tema de repetitivos no STJ, evidenciando a importância de atuar de forma colaborativa e coletiva.

Destacou a necessidade de superar desafios na gestão de precedentes e compartilhar bons exemplos. Também mencionou que a inteligência coletiva é essencial para resolver problemas sistêmicos no judiciário. Ao final, incentivou o público a questionar o padrão existente e buscar soluções que vão além da resolução de processos, visando melhorar o sistema judiciário como um todo.

Tema: Cooperação jurídica: potencialidades e boas práticas

Expositor: Desembargador Silvio Neves Batista Filho

Desembargador Silvio Neves Batista Filho expôs sobre cooperação jurídica, potencialidades e boas práticas. Destacou a importância da cooperação judicial e explicou os princípios norteadores, como o Princípio da Eficiência e o Princípio da Cooperação. Além disso, ressaltou que a cooperação judiciária pode envolver três fases: cooperação entre juízes, cooperação entre partes e cooperação interinstitucional.

O expositor discutiu a evolução da cooperação judiciária ao longo dos anos, desde a recomendação do CNJ, em 2011, até a inclusão no Código de Processo Civil, em 2015. Enfatizou que a cooperação não implica uma submissão automática, mas sim em um dever de interagir e engajar, permitindo que os juízes possam negar, desde que de forma fundamentada.

Também abordou a resolução n. 350, que disciplina a cooperação judiciária, e detalhou a importância dos núcleos de cooperação, destacando

a consulta, um novo elemento que permite chamar um juiz com maior expertise para auxiliar outros juízes em casos específicos.

Além disso, mencionou quatro boas práticas em cooperação judicial. Uma delas envolve a criação de núcleos de Justiça 4.0 para lidar com casos específicos, como aqueles relacionados a imóveis com vício construtivo financiados pela Habitação. Outra boa prática envolveu a cooperação com distritos indígenas usando agentes de saúde comunitários como intermediários. Também foi discutida a cooperação entre juízes de diferentes jurisdições para lidar com casos do Minha Casa Minha Vida, facilitando o tratamento adequado das demandas. Por fim, foi mencionada uma prática em que juízes aplicaram critérios de competência adequada para lidar com casos de litigância predatória.

Em sua fala ressaltou a importância da cooperação judicial na melhoria da eficiência e eficácia da justiça, demonstrando diversas abordagens práticas e inovadoras para lidar com casos complexos e repetitivos.

Tema: Atuação dos centros de Inteligências da Justiça Federal

Expositora: Dra. Vanila Cardoso André de Moraes

Dra. Vanila Cardoso André de Moraes abordou o papel e a importância dos Centros de Inteligência na Justiça Federal, bem como a evolução desse conceito no Brasil, com destaque à necessidade de atuação sistêmica, horizontal e colaborativa para lidar com os desafios do sistema de justiça, que está constantemente diante da crescente quantidade de processos.

Ressaltou que os Centros de Inteligência representam espaços institucionalizados destinados à resolução de conflitos com uma perspectiva sistêmica, enfatizando a importância do diálogo entre as diferentes instâncias da Justiça (Federal, Estadual e do Trabalho). Também destacou que o sistema judiciário está enfrentando um paradoxo de eficiência, quanto mais processos são resolvidos, mais processos surgem, o que exige uma abordagem que vá além das metas de produtividade.

Apresentou a origem dos Centros de Inteligência, exemplificando com o caso paradigmático da pesca ilegal de lagosta na sessão judiciária do Rio Grande do Norte, narrando que esse caso serviu como inspiração para a criação dos Centros de Inteligência na Justiça Federal, com o objetivo de buscar soluções sistêmicas e prevenir conflitos recorrentes.

Ressaltou a atuação do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, que interliga os seis Tribunais Regionais Federais, bem como a importância de promover a horizontalidade e a cooperação entre todas as instâncias judiciais. A Juíza também enfatizou a relevância das notas técnicas produzidas pelos Centros de Inteligência, que têm contribuído para a resolução de demandas previdenciárias e outros temas complexos.

A palestrante destacou que os Centros de Inteligência têm escrito uma nova história para o sistema de justiça no Brasil, com o objetivo de alcançar uma justiça mais eficaz, que promova a pacificação e a segurança jurídica. Finalizou a palestra agradecendo a todos os envolvidos e reconhecendo o papel pioneiro e protagonista do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Mato Grosso do Sul, que tem se destacado nacionalmente.

Presidente de mesa: Desembargadora Salise Monteiro Sanchotene:

Ao final do Painel I, em suas considerações, a desembargadora Salise destacou a importância da inovação e abordagem disruptiva no enfrentamento dos desafios judiciais e a cooperação entre instituições. Ressaltou a relevância da cooperação jurídica e destacou a influência positiva dos centros no sistema judiciário, homenageando o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Mato Grosso do Sul, reconhecendo seu pioneirismo e protagonismo no cenário nacional.

Também enalteceu o poder de transformação que os centros de inteligência têm ao abordar questões complexas, cujos temas seriam aprofundados por meio das oficinas. Concluiu o painel I agradecendo a presença de todos os painelistas e participantes.



Presidente de Mesa: Desembargador Luíz Carlos Hiroki Muta

O Desembargador iniciou destacando a importância do Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, reunindo especialistas dedicados à questão da Inteligência no âmbito da Justiça. Ressaltou que, apesar dos 35 anos da Constituição de 1988, esta passou por numerosas emendas constitucionais, enfatizando a necessidade de planejar e antecipar mudanças nas condições de funcionamento do Judiciário. Pontuou o impacto das mudanças nas interpretações ao longo do tempo pelos tribunais superiores, no trabalho dos magistrados e que a inteligência na condução e tratamento de demandas complexas e repetitivas é fundamental, não apenas reagindo a processos existentes, mas também prevenindo e se preparando para demandas futuras.

Também compartilhou a experiência da Justiça Federal, destacando a importância de prevenir o crescimento da demanda ou estruturar-se para responder prontamente. Enfatizou que o papel do centro de Inteligência está em focar nestes aspectos, contribuindo para a formação de uma inteligência institucional e para uma gestão mais eficaz nas unidades judiciárias.

Por fim, apresentou os temas e os participantes do Painel II, que fizeram suas exposições na sequência abaixo:

Tema: A experiência da Justiça do Trabalho na prevenção da litigiosidade predatória no polo passivo
Expositor: Dr. Rodrigo Trindade de Souza

Dr. Rodrigo discorreu sobre o tema da litigiosidade predatória no contexto do direito das relações de trabalho no Brasil, destacando que a litigiosidade de massa é uma característica do sistema judicial do país, com quase 80 milhões de processos, cerca de 2 milhões de sentenças produzidas e um processo para cada dois habitantes. Enfatizou a complexidade da litigiosidade predatória, que envolve processos repetitivos, muitos dos quais são conduzidos por grandes empresas e pelo poder público, afirmando que isso gera altos custos para o sistema judiciário, levando à imprevisibilidade.

Apresentou dados sobre a litigância de massa no âmbito trabalhista, mencionando a redução de processos após reformas e a pandemia.

Abordou a recorrência de grandes litigantes nos processos trabalhistas, como bancos e empresas públicas, que repetem os mesmos temas por décadas. Mencionou o problema da recorribilidade e o grande número de processos que chegam ao judiciário.

Enfatizou a importância de combater a litigância de massa e litigância predatória, mencionando a necessidade de desenvolver uma cultura de prevenção e utilizar precedentes qualificados, bem como apresentou experiências, como convênios com grandes litigantes e cooperação com o Ministério Público do Trabalho, para reduzir a redundância de ações judiciais e promover uma atuação mais racional.

Finalizou sua fala destacando a importância dos centros de inteligência na busca por soluções eficazes e concluiu expressando sua satisfação em participar da apresentação.

Tema: DataJud – Política Pública de Prevenção à Litigância Repetitiva
Expositora: Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar

A Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar iniciou sua fala narrando sua trajetória como Juíza Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, mencionando também seu trabalho no Departamento de Pesquisas Judiciárias, os desafios enfrentados e ressaltando a evolução da gestão de dados no CNJ, desde a criação do Conselho em 2005 e a criação do sistema estatístico do Poder Judiciário. Destacou a importância do DataJud, base de dados que abrange todos os tribunais do país, sistemas processuais e processos em tramitação desde janeiro de 2020.

Explicou que o DataJud permitiu nova organização de dados desagregados, possibilitando novos cruzamentos e diagnósticos; mencionou a uniformidade de tratamento de dados no CNJ e como agora o conselho coleta e calcula os dados, apresentando-os de forma mais atual. Também falou sobre a criação de ferramentas, incluindo o painel de estatísticas, o painel de grandes litigantes e a nova aba que aborda processos com mais de 15 anos no poder judiciário.

Ao final, enfatizou a importância da padronização de dados para transparência e gestão do Poder Judiciário, e encerrou destacando que a capacidade de ação e transformação depende dos tribunais e centros de inteligência.

Tema: Monitoramento e prevenção da litigância repetitiva

Expositora: Dra. Priscilla Costa Correa

A Juíza começou saudando os presentes, elogiando as exposições anteriores e destacando a importância das informações na era atual. Mencionou a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e como ela impacta o Poder Judiciário.

Abordou diversos pontos relacionados ao monitoramento e prevenção da litigância repetitiva no contexto do Poder Judiciário brasileiro.

Discorreu sobre a quantidade significativa de processos eletrônicos, com 85% deles em formato digital, e questionou como utilizar esses dados para melhorar a gestão da jurisdição, especialmente no caso da litigância repetitiva. Destacou a importância de pesquisas sobre problemas judicializados e como elas podem ajudar a entender a litigiosidade. Manifestou a necessidade de prevenção de conflitos e o uso de dados como ferramenta nesse processo; a simetria de informações e como dados podem ser usados para evitar a litigância predatória.

Além disso, citou iniciativas de laboratórios de inovação, a agenda 2030, a tabela processual única, e o cruzamento de informações socioeconômicas para entender a litigiosidade. Também falou sobre a importância de estruturar dados e promover uma cultura de gestão orientada por elementos informativos.

Destacou a diretriz de tratamento da litigância predatória da Corregedoria Nacional de Justiça e a importância de compartilhar informações entre os tribunais, enfatizando a necessidade de criar painéis de monitoramento e usar ferramentas de Inteligência Artificial para melhorar a prevenção e tratamento de conflitos.

Por fim, informou a necessidade de cooperação, o uso de tecnologia, análises quantitativas e qualitativas e a importância de entender o impacto da litigância repetitiva no acesso à justiça.

Tema: A inteligência artificial como parceira da jurisdição

Expositor: Des. José Jorge Ribeiro da Luz

Em sua exposição, o Desembargador destacou a mudança na dinâmica do Poder Judiciário ao longo de seus mais de 30 anos na magistratura, passando de uma preocupação com a falta de demanda para um cenário de excesso de processos, o que demonstra a confiança da população no sistema judicial, mas também a fraqueza em resolver conflitos fora dos tribunais.

Discutiu a necessidade de reduzir a alta demanda no Judiciário, principalmente em relação a execuções fiscais municipais, que podem ser evitadas com soluções alternativas. Também mencionou o combate às “demandas predatórias”, sejam originadas por advogados maliciosos ou partes que sobrecarregam o sistema.

Discorreu sobre o desenvolvimento do sistema de busca e análise de processos para identificar padrões, como repetições de nomes de demandantes e demandados, a fim de combater demandas predatórias; e enfatizou o uso da Inteligência Artificial e de ferramentas tecnológicas, como o *Qlik Sense*, para tornar o sistema mais eficiente.

Além disso, apresentou o referido sistema e ressaltou a importância de tomar medidas proativas para fortalecer a Justiça, promovendo uma advocacia mais transparente e eficiente.



Presidente de Mesa: Desembargador Marcelo Camara Raslan

O Presidente de Mesa expressou sua satisfação em estar presente em Bonito, destacando a importância de estar entre colegas e pessoas que têm muito a ensinar, bem como ressaltou que há muito a ser aprendido e expressou grande alegria enfatizando que todos eram bem-vindos.

Agradeceu a presença dos expositores e mencionou a importância de aprender com eles. Em seguida, anunciou os expositores e tiveram início as apresentações.

Tema: Boas práticas cooperativas

Expositora: Dr^a. Kátia Parente Sena

Em sua exposição, a Dra. Kátia mencionou diversas resoluções e regulamentos relacionados à cooperação judicial e destacou a importância da cooperação interinstitucional entre juízes. Ressaltou que a cooperação permite ir além do “mais do mesmo” promovendo práticas inovadoras no sistema de justiça. Também abordou a atuação do Núcleo de Cooperação no Tribunal de Justiça do Pará, explicando a composição do Núcleo e sua missão.

Destacou exemplos de atos consertados, nos quais juízes trabalharam juntos para resolver questões complexas. Além disso, mencionou a importância da inclusão digital em comunidades remotas, como um exemplo de cooperação em ação.

Em suma, focou na importância da cooperação judicial, mostrou exemplos práticos de atos consertados e enfatizou a necessidade de pensar de forma inovadora e colaborativa para enfrentar os desafios do sistema de justiça.

Tema: Cooperação Judicial e as demandas estruturais

Expositor: Dr. Marco Bruno Miranda Clementino

Iniciou sua exposição elogiando o trabalho da organização do evento e a alegria de estar presente.

O tema central da fala do Juiz Federal foi a cooperação judicial e as demandas estruturais, mencionando a necessidade de repensar o processo civil e como a relação jurídica processual é semelhante a um recorte da torcida em um estádio, representando inúmeros conflitos na sociedade, enfatizando que, em casos de demandas estruturais interconectadas, a abordagem cooperativa é necessária, pois a lógica bipolar tradicional não é suficiente para resolver os complexos problemas.

Abordou exemplos práticos, como um caso envolvendo execução fiscal, para ilustrar a importância da cooperação entre diferentes ramos da Justiça. Enfatizou a necessidade de abordagens criativas e

colaborativas para lidar com conflitos complexos. Além disso, mencionou a importância da modernização e do uso da tecnologia na gestão processual.

Sua exposição também abordou a incerteza inerente a demandas estruturais e destacou a importância de agir de forma cooperativa para encontrar soluções, mesmo quando os resultados não são previsíveis. Destacou que a cooperação deve ser uma consequência das prerrogativas do poder político conferidas pela Constituição de 1988.

Encerrou seu discurso, em uma analogia, conclamando todos os presentes a se envolverem e agirem de maneira inovadora e colaborativa para resolver desafios complexos na Justiça.

Tema: Demandas predatórias: gestão e controle

Expositora: Dra. Mônica Silveira Vieira

A Dra. Mônica Silveira Vieira agradeceu a oportunidade de falar no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e destacou a importância da rede de colaboração entre profissionais da justiça, mencionando a importância de ver “o copo meio cheio” em relação aos desafios enfrentados no sistema de justiça.

Abordou o tema de demandas predatórias e gestão, enfatizando a necessidade de compreender o problema e estabelecer parâmetros técnicos para lidar com litigância abusiva. A Juíza também destacou a importância de comunicação eficaz e o papel dos centros de inteligência na gestão de litigância. Além disso, mencionou a necessidade de diálogo entre as instâncias do sistema de justiça e a sociedade para resolver o problema sistemicamente e reforçar a confiança pública nos tribunais.

Tema: Tema 1.033 do STF: perspectivas de atuação dos Centros de Inteligência

Expositora: Dra. Janine Rodrigues de Oliveira Trindade

Após realizar os cumprimentos a mesa, a Juíza ressaltou a alegria por estar presente para discutir a atuação dos centros em três pilares: monitoramento de demandas repetitivas, prevenção de conflitos e gestão de precedentes. Em sua fala, concentrou-se no terceiro pilar, especificamente no tema 1033, decisão do STF relacionada a um caso de um paciente que, por não conseguir vaga em unidade do Sistema Único de Saúde (SUS), obteve uma decisão judicial favorável, mas houve a recusa da Unidade Federada em pagar a conta hospitalar da unidade de saúde privada, resultando na necessidade de o STF definir o critério de remuneração.

A expositora destacou que o precedente estabeleceu que o ressarcimento de serviços de saúde prestados por unidades privadas em favor de pacientes do SUS deve seguir o mesmo critério usado para ressarcimento do SUS quando atende beneficiários de planos de saúde. Discorreu, ainda, sobre desafios na aplicação desse precedente, incluindo problemas processuais, como a falta de contradição devido à ausência da unidade de saúde no polo passivo e a dificuldade de estabelecer critérios de custo.

Também propôs a criação de um diálogo com a magistratura para entender como o precedente está sendo aplicado na prática e sugeriu a cooperação com órgãos como o Tribunal de Contas da União e o FONAJUS para estabelecer critérios de custo estruturais. Ao final convidou todos a contribuírem com ideias e soluções para lidar com os desafios da aplicação desse precedente.



Palestra de encerramento com Dr^a. Renata Gil

Juíza de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e Juíza Auxiliar da Corregedoria do CNJ.

A palestrante destacou sua jornada, juíza de Vara Única até atuar em diversas comarcas, conhecendo a diversidade da justiça do país como presidente da AMB. Dr^a. Renata também mencionou seu papel como ativista de direitos humanos, especialmente no combate à violência contra as mulheres, por meio de um instituto que lidera.

A magistrada propôs uma reflexão sobre os parâmetros e paradigmas que colocam o Judiciário brasileiro em desvantagem internacional, especialmente relacionados à questão social. Argumentou que resolver os problemas sociais requer uma abordagem conjunta envolvendo o Executivo, Legislativo e Judiciário na construção de políticas públicas. Também mencionou projetos da Corregedoria, como o “Registre-se”, para populações de rua e a regularização fundiária, como exemplos de esforços para resgatar a civilidade e dignidade de comunidades desfavorecidas.

Além disso, enfatizou a importância de considerar o impacto das decisões judiciais nas escolas e no funcionamento do poder público local, ressaltando a necessidade de equilibrar a justiça com a promoção do bem-estar da população desassistida. Ressaltou a relevância de uma abordagem mais holística na busca por soluções para os desafios enfrentados pelo sistema de justiça no Brasil.

Abordou, ainda, a necessidade de um novo contrato social no Brasil, ressaltando a importância de um olhar colaborativo e solidário na sociedade. Mencionou desafios cruciais, como o totalitarismo global, a crise ambiental, a igualdade de gênero e problemas sociais como a falta de acesso à água e saneamento, a violência contra as mulheres e a desigualdade no país.

Destacou que o Brasil possui um judiciário grande, com uma alta demanda de processos, e a necessidade de modernização e eficiência na justiça. Propôs uma revolução processual digital, visando a transformação do processo eletrônico em um processo digital real, que seja mais ágil e atenda às necessidades da sociedade.

Além disso, mencionou a importância de criar estratégias legislativas e de composição para lidar com a alta litigiosidade e o grande volume de processos nas varas de fazenda pública. A ideia é fazer com que o Judiciário seja mais eficaz e acessível para todos.

A palestrante encerrou sua fala citando Guimarães Rosa e enfatizando a importância da coragem para enfrentar esses desafios e promover mudanças positivas na sociedade brasileira.



OFICINAS /ATELIÊS

Dia 5 de outubro

1 - Problemas complexos e soluções sistêmicas

Facilitadora: Des^a. Taís Schilling Ferraz

2 - Gestão de precedentes e os Centros de inteligência

Facilitadores: Dr. Marcelo Ornellas Marchiori e Dr^a. Vanila Cardoso André de Moraes

3 - Práticas de Cooperação

Facilitador: Des. Sílvio Neves Baptista Filho

OFICINAS /ATELIÊS

Dia 6 de outubro

1 – Cooperação

Facilitadoras: Dr^a. Kátia Sena e Dr^a. Ana Lucia Andrade de Aguiar

2 – Litígios estruturais

Facilitadores: Dr. Marco Bruno Miranda, Dr. Rodrigo Trindade de Souza e Dr^a. Priscila Costa Correa

3 – Demandas predatórias

Facilitadoras: Dr^a. Mônica Silveira Vieira e Dr^a. Janine Rodrigues de Oliveira Trindade



06.10.2023 - 3º DIA / ENCERRAMENTO

No encerramento do II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário fizeram uso da palavra as seguintes autoridades:

A Dr^a. Vânia Cardoso André de Moraes - Coordenadora do Grupo Operacional, Juíza Federal em Auxílio à presidência do TRF6, como representante dos formadores, expressou seu agradecimento à recepção calorosa do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e destacou a importância dos Centros de Inteligência no contexto da busca pela pacificação social e realização da justiça. Enfatizou que, em meio a uma grande quantidade de processos, os Centros de Inteligência surgem como uma inovação com o propósito de tornar a atividade judicial mais eficiente.

A Juíza também elogiou o trabalho do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, reconhecendo suas contribuições significativas, inclusive mudanças paradigmáticas junto ao Superior Tribunal de Justiça. Destacou a colaboração como um elemento fundamental na busca por soluções e mencionou a importância da colaboração entre os diversos ramos da Justiça.

Além disso, ressaltou que os Centros de Inteligência têm se espalhado por todo o Brasil graças à adoção pelo Conselho Nacional de Justiça, e que esses centros representam uma revolução no sistema judicial preparando o caminho para o futuro com responsabilidade. Ela concluiu agradecendo a todos os presentes e enfatizando a importância de continuarem trabalhando para aprimorar o funcionamento dos Centros de Inteligência e, por conseguinte, da justiça no Brasil.



*Dr^a. Vânia Cardoso André de Moraes
(TRF 1ª Região)*

O Desembargador Odemilson Roberto Castro Fassa, Diretor-Geral da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul – EJUD-MS, em seu discurso de encerramento, expressou sua gratidão pela harmoniosa convivência com os colegas Desembargadores, Juízes, Advogados, Técnicos e Servidores da Magistratura Estadual, Federal e do Trabalho dos Estados do Amazonas, Minas Gerais, Acre, Tocantins, Paraná, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rondônia, Paraíba, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Piauí, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Enfatizou a importância da reunião desses estados e tribunais, destacando que a representatividade foi motivo de grande alegria.

Reconheceu a colaboração e a união de mentes brilhantes comprometidas com a justiça e eficiência, que desempenharam papéis fundamentais na jornada.

Também mencionou os desafios enfrentados pelo sistema judicial, incluindo o aumento de demandas e a necessidade de combater demandas predatórias.

Além disso, destacou o trabalho notável do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça deste Estado Mato Grosso do Sul (CIJEMS), que obteve

a pontuação máxima do prêmio CNJ de qualidade. Houve reconhecimento e elogios aos integrantes do CIJEMS, e a expectativa de sucesso para os novos integrantes.

O Diretor-Geral concluiu seu discurso enfatizando a importância da parceria, inovação e excelência no aprimoramento do sistema judiciário. Encerrou sua fala com um apelo à continuação da disseminação das mensagens do evento no trabalho diário e a afirmação de que juntos, os participantes representam a mudança que buscam para a justiça brasileira.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Desembargador Sérgio Fernandes Martins, em seu discurso de encerramento, agradeceu à palestrante Renata Gil e a todos os participantes do evento. Destacou o esforço dos presentes e agradeceu especialmente àqueles que vieram de outros estados.

O Presidente ratificou os agradecimentos já feitos e declarou o encerramento do II Encontro de Centros de Inteligência em Bonito, Mato Grosso do Sul, convidando a todos para retornarem à cidade e ao Estado, pois serão sempre bem-vindos.



CONCLUSÕES



As oficinas realizadas pelos formadores demonstraram a relevância da temática e a necessidade de espaços de compartilhamento, do uso da inteligência coletiva, do pensamento complexo e sistêmico, do trabalho cooperativo e em rede.

Para o enfrentamento da litigância predatória, concluíram pela necessidade de:

- Empreender esforços para expandir o conhecimento sobre os Centros de Inteligência, sua relevância e atuação concreta, inclusive internamente a cada Tribunal;
- Aprimorar os instrumentos e estratégias de comunicação interna e interinstitucional;
- Investir na efetivação da interlocução entre primeiro e segundos graus de jurisdição, em uma perspectiva horizontal e de troca de informações, dados e necessidades, com vistas à institucionalização de práticas;
- Estabelecer, por meio de esforço conjunto dos Tribunais, fluxos e formatos de compartilhamentos de informações, sobretudo das que contiverem dados sensíveis;
- Envolver o Ministério Público, sempre que necessário, para tomada de providências necessárias à otimização atuação e responsabilização por ilicitudes;
- Investir mais em ações formativas consistentes e compartilhamento de boas práticas, em relação ao abuso do direito de ação e seu enfrentamento.

Fruto do II Encontro, a rede estabeleceu reuniões periódicas para continuidade deste compartilhamento, fortalecimento, crescimento dos Centros de Inteligência, revisão de setores e atores dos Tribunais envolvidos na rede de inteligência para compartilhar e discutir problemas, desafios, estratégias, práticas e informações.

O balanço final do evento é extremamente positivo, tendo alcançado os objetivos traçados, sendo que 155 inscritos registraram frequência, com participação ativa nas oficinas e debates.

Além dos renomados palestrantes, presidentes de mesa, expositores, desembargadores, juízes, advogados já citados neste relatório, é relevante destacar também a presença e participação dos seguintes presidentes, vice-presidentes e corregedores:

Desembargador Sérgio Torres Teixeira	Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região;
Desembargador Audaliphil Hildebrando da Silva	Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região;
Desembargador Nivaldo Stankiewicz	Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
Desembargador Eugenio José Cesario Rosa	Corregedor e Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região;

Desembargador José Augusto do Nascimento	Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT-20);
Desembargador João Marcelo Balsanelli	Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região;
Desembargador Luís Vitório Camolez	Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Acre;
Desembargador Orlando Rocha Filho	Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas;
Desembargador Sérgio Fernandes Martins	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; e,
Desembargador Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa	Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Estiveram presentes representantes de inúmeros Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Federais e de Tribunal Região Eleitoral:

TJ	TRT	TRF	TRE
TJ/AC	TRT/ 1ª REGIÃO	TRF/ 1ª REGIÃO	TRE/ MS
TJ/AL	TRT/ 2ª REGIÃO	TRF/ 2ª REGIÃO	
TJ/DFT	TRT/ 3ª REGIÃO	TRF/ 3ª REGIÃO	
TJ/AM	TRT/ 4ª REGIÃO	TRF/ 4ª REGIÃO	
TJ/BA	TRT/ 5ª REGIÃO	TRF/ 5ª REGIÃO	
TJ/CE	TRT/ 6ª REGIÃO	TRF/ 6ª REGIÃO	
TJ/GO	TRT/ 8ª REGIÃO		
TJ/MS	TRT/ 9ª REGIÃO		
TJ/MG	TRT/ 11ª REGIÃO		
TJ/MT	TRT/ 12ª REGIÃO		
TJ/PB	TRT/ 15ª REGIÃO		
TJ/PE	TRT/ 18ª REGIÃO		
TJ/PI	TRT/ 20ª REGIÃO		
TJ/PR	TRT/ 24ª REGIÃO		
TJ/RN			
TJ/RO			
TJ/SC			
TJ/SP			
TJ/TO			

A participação dos diversos tribunais indica a importância dos Centros de Inteligência na gestão do Poder Judiciário e justifica a realização de eventos nacionais em cooperação entre os diversos ramos.

Por fim, para a realização do III Encontro foi indicado o Tribunal de Justiça do Pará e enviado ofício à Presidente.





CENTRO DE INTELIGÊNCIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL



JUSTIÇA
FEDERAL
3ª Região



ENFAM
ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO
E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS
MINISTRO SALVO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA



A SERVIÇO DA JUSTIÇA E DO CIDADÃO

APOIO

SETESCC
Secretaria de Estado
de Turismo, Esporte,
Cultura e Cidadania



GOVERNO DE
Mato
Grosso
do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BONITO
POR UM FUTURO MELHOR

PODERES
CIBERES
E-SE
SERVÍCIOS
TR

Sistema
FIEMS